

---

# arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,  
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | epaa

Arizona State University

---

Volume 31 Número 36

4 de abril de 2023

ISSN 1068-2341

---

## Instrumentos de *Accountability* na Educação Superior Brasileira: A Presença dos Rankings Acadêmicos na Comissão Parlamentar de Inquérito de Gestão das Universidades Estaduais de São Paulo

*André Dutra Martins*



*Gladys Beatriz Barreyro*

Universidade de São Paulo  
Brasil

**Citação:** Martins, A. D., & Barreyro, G. B. (2023). Instrumentos de *accountability* na educação superior: A presença dos rankings acadêmicos na Comissão Parlamentar de Inquérito de Gestão das Universidades Públicas de São Paulo. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 31(36). <https://doi.org/10.14507/epaa.31.7398>

**Resumo:** Este texto apresenta resultados de pesquisa que teve como objetivo analisar os *rankings* acadêmicos como instrumentos de responsabilização (*accountability*) das universidades públicas brasileiras. A pesquisa focalizou a análise da mobilização de *rankings* acadêmicos no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades Paulistas, que ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Brasil, entre 24 de abril e 5 de novembro de 2019. Tratou-se de pesquisa documental, que analisou os áudios e transcrições de todas as 20 reuniões da CPI e o relatório final publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Realizou-se análise de conteúdo, selecionando os trechos nos quais *rankings* acadêmicos foram mencionados. Após categorização evidenciaram-se quatro diferentes formas de mobilização dos rankings nos referidos documentos: inquirição das universidades sobre seus resultados, *benchmarks* para mudança institucional, disputas interpretativas e enaltecimento institucional. Os

resultados da pesquisa mostram a assimilação dos resultados obtidos nos *rankings* com a qualidade e a excelência acadêmicas, gerando questionamentos às posições alcançadas e às formas de governança das instituições. Os *rankings* têm se tornado referências importantes na formação de opinião do legislativo paulista, o que incita as universidades a se reportarem e serem responsabilizadas pelos seus resultados em tais classificações.

**Palavras-chave:** educação superior; *rankings* acadêmicos; *accountability*; universidades públicas

### **Instruments of accountability in Brazilian higher education: Academic rankings in the Parliamentary Inquiry Commission on the Administration of São Paulo State Universities**

**Abstract:** This study shows findings of an investigation into the forms of institutionalizing academic rankings as accountability tools for Brazilian public universities. The absence of institutional conditions which allowed the rise of these league tables in other countries - competitive admission markets and incorporation into public policies - evinces the peculiarity of the Brazilian case. This study examines the institutionalization of academic rankings in Brazil by analyzing references to rankings in the Parliamentary Inquiry Commission on the Administration of São Paulo State Universities, which took place in the São Paulo State Assembly from April 24, 2019, to November 5, 2019. Document analysis was conducted on audios and transcriptions of all 20 Commission meetings and the final report published at the São Paulo State Official Journal. Our findings indicate the idea of ranking performances as evidence of academic quality and excellence, raising questions regarding the rankings and governance structures of universities. Academic rankings have become relevant references to form opinions at the São Paulo State Assembly, prompting universities to actively respond to rankings and holding them accountable for their results.

**Keywords:** higher education; academic rankings; accountability; public universities

### **Instrumentos de *accountability* en la educación superior brasileña: La presencia de los *rankings* académicos en la Comisión Investigadora de las Universidades Públicas de São Paulo**

**Resumen:** Este texto presenta los resultados de una investigación que analizó los *rankings* académicos como instrumentos de rendición de cuentas de las universidades públicas brasileñas, centrándose en el análisis del uso de los *rankings* en el ámbito de la Comisión Investigadora de las Universidades de São Paulo, desarrollada en el Congreso del Estado de São Paulo, Brasil, entre el 24 de abril y el 5 de noviembre de 2019. Se trata de una investigación documental que analizó el informe final y los audios y transcripciones de las 20 reuniones de la Comisión. Se realizó análisis de contenido, seleccionando fragmentos en los que se mencionaba a los *rankings* académicos. Se encontraron cuatro diferentes formas de movilización de los rankings en los documentos: cuestionamiento de las universidades por los resultados alcanzados, *benchmarks* para el cambio institucional, disputas interpretativas y alabanza institucional. Los datos muestran la asimilación de los resultados obtenidos en los *rankings* con la calidad y la excelencia académicas. Hubo cuestionamientos sobre los resultados obtenidos y la gobernanza de las instituciones. Se concluye que los *rankings* son referentes en la formación de la opinión de la legislatura paulista lo que lleva a las universidades a informar y responsabilizarse por sus resultados.

**Palabras-clave:** educación superior; *rankings* académicos; *accountability*; universidades públicas

## Instrumentos de Accountability na Educação Superior Brasileira: A Presença dos Rankings Acadêmicos na Comissão Parlamentar de Inquérito de Gestão das Universidades Estaduais de São Paulo<sup>1</sup>

*Rankings* acadêmicos têm ganhado notoriedade no debate público sobre educação superior. Seja por meio de veículos da imprensa, pelas autoridades políticas ou mesmo pelas próprias universidades, é notório que tais classificações passaram a habitar o cotidiano de atores no campo da educação superior. Não obstante, não são raras as críticas às metodologias empregadas nesses *rankings*, por vezes distantes das convenções de melhores práticas na mensuração da pesquisa acadêmica. Ainda assim, a inobservância de rigor científico e a constatação de vieses decorrentes da escolha dos critérios não impediu a proliferação e a ampla institucionalização dos *rankings* acadêmicos na última década. Atualmente, o IREG *Observatory on Academic and Excellence*<sup>2</sup>, contabiliza a existência de 23 *rankings* internacionais e 59 nacionais, realizados com alguma periodicidade.

Uma das razões para essa ascensão resiliente dos *rankings* acadêmicos se vincula às demandas por maior transparência e responsabilização (*accountability*) na vida pública. Vivemos em uma época na qual os princípios da auditoria – verificação, monitoramento e responsabilização – extrapolaram o âmbito da governança empresarial e se tornaram valores norteadores para instituições públicas e organizações não-governamentais (Power, 1999). Na educação superior, a incorporação dessa cultura auditora se materializou na criação de métricas de desempenho acadêmico, permitindo o monitoramento permanente das instituições. *Rankings* não apenas produzem e dão visibilidade a tais métricas, como também fomentam a coleta de dados pelas instituições. Não obstante, a institucionalização dos *rankings* acadêmicos na educação superior não se deu apenas pela produção de dados, mas sobretudo por permitir a responsabilização das instituições pelos seus respectivos desempenhos.

Diversos trabalhos têm analisado tal ascensão de rankings acadêmicos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. No Brasil, alguns estudos têm identificado a atenção das universidades públicas aos *rankings* internacionais, mencionando seus resultados em documentos oficiais e jornais institucionais (Barreyro et al., 2021; Calderón et al., 2019; Righetti, 2016). Ademais, Thiengo (2018) aponta a influência de rankings no desenho de políticas públicas, reforçando o modelo de universidades de classe mundial na política educacional. No entanto, embora documentos institucionais e políticas oficiais possam fornecer informações importantes sobre a matéria, tais fontes também apresentam algumas limitações. Por um lado, é sabido que organizações podem descolar suas práticas de suas estruturas formais, visando conciliar a coordenação interna de suas atividades com as pressões externas pela conformidade com os valores e normas legítimos no campo (Meyer & Rowan, 1977). Por outro lado, práticas e estratégias globais não necessariamente precisam da intermediação de políticas públicas para se institucionalizar localmente, havendo outros canais de transmissão e atores sociais capazes de operacionalizar esse processo (Levitt & Merry, 2009).

Este artigo mostra como *rankings* têm sido utilizados como instrumentos de responsabilização das universidades públicas por meio de um ator ainda inexplorado nas pesquisas

---

<sup>1</sup> Este artigo é decorrente da pesquisa “Internacionalização da educação superior, usos e impactos dos *rankings* acadêmicos internacionais, nas universidades “de pesquisa” no Brasil”, financiada pelo CNPQ (433761/2018-0), e da tese “Rankings acadêmicos no Brasil e nos Estados Unidos: contornos locais de uma experiência global”, que teve o apoio da CAPES e da Comissão Fulbright.

<sup>2</sup> Segundo informações oficiais, o IREG é uma associação de agências de ranqueamento, universidades e demais interessados em *rankings* acadêmicos, com o objetivo de “fortalecer a consciência pública e a compreensão da extensão dos problemas relativos a *rankings* universitários e de excelência acadêmica” (IREG, 2021a).

sobre a temática: o poder legislativo. Para tal, são analisadas as reuniões ocorridas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Gestão das Universidades Públicas (CPI das Universidades), em São Paulo<sup>3</sup>, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 2019. Entende-se que o legislativo paulista é um importante *stakeholder* das universidades estaduais, seja pela representação dos interesses da sociedade civil, seja pela sua atribuição constitucional de investigação de fatos. Nesse sentido, o estabelecimento de uma CPI destinada a apurar irregularidades administrativas nas universidades paulistas constitui uma espécie de ritual de prestação de contas, o que a torna um locus privilegiado de análise do papel dos *rankings* enquanto instrumentos de *accountability*. Assim, espera-se contribuir com o estudo das políticas educacionais elucidando como os rankings, mesmo ausentes nas diretrizes governamentais, influenciam a educação superior.

O texto está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos uma breve história dos *rankings* acadêmicos, delimitando as condições de sua emergência e seus desdobramentos contemporâneos. Na seção seguinte, sintetizamos algumas das principais contribuições da literatura nacional e internacional sobre as interações entre instituições de educação superior e *rankings* acadêmicos, explicitando seus efeitos sobre a governança e a responsabilização pública das instituições. Por fim, analisamos as menções aos *rankings* acadêmicos nas falas dos participantes da CPI das Universidades, verificando como tais classificações foram mobilizadas na responsabilização pública das universidades pelo legislativo paulista. O texto se encerra com algumas reflexões sobre como as evidências encontradas nos permitem definir alguns caminhos para o entendimento dos efeitos produzidos pelos *rankings* acadêmicos na educação superior brasileira.

## História dos Rankings Acadêmicos

Há indícios de práticas embrionárias de ranqueamento na educação superior ainda no século XIX, quando o Ministério da Educação dos Estados Unidos começou a publicar dados das instituições com o intuito de classificá-las (Salmi & Soroyan, 2007). Posteriormente, em 1902, a *American Medical Association* publicou uma lista das escolas de Medicina, contendo a taxa de aprovação dos seus egressos nos exames de qualificação profissional. Já em 1906, a mesma instituição agrupou as escolas em classes definidas pelas taxas de aprovação (Usher, 2017). Outras práticas de ranqueamento foram realizadas no âmbito dos então proeminentes estudos sobre pessoas notáveis - *Where We Get Our Best Men* (Reino Unido - 1900), *American Men of Science* (EUA - 1910). No âmbito do Estado, o *United States Bureau of Education* elaborou, em 1911, um sistema de avaliação que dividia as instituições de educação superior em cinco estratos. No entanto, a classificação gerou enorme insatisfação no meio acadêmico e acabou sequer sendo publicada (Espeland & Sauder, 2016).

Até a década de 1980, as práticas de ranqueamento na educação superior haviam sido realizadas por iniciativa de pesquisadores e/ou instituições acadêmicas, concentradas no mundo anglo-saxão. A pré-história dos *rankings* acadêmicos, assim denominada por Usher (2016), foi marcada pela restrição da distribuição e produção dos *rankings* ao meio acadêmico, mais especificamente à pós-graduação (Usher, 2017).

Foi após o processo de expansão da educação superior vivido no Ocidente a partir da segunda metade do século XX que se tornou evidente o potencial midiático e comercial da educação superior (Ringel & Werron, 2020). As mudanças culturais geradas pela difusão da experiência

---

<sup>3</sup> Apesar do nome, refere-se apenas às universidades estaduais paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp).

universitária e a proliferação dos anseios que a cercam chamaram atenção de jornais e revistas de grande circulação. Diante desse contexto, surgiram os primeiros *rankings* acadêmicos de massa, marcando não apenas a expansão do escopo de produção e circulação dos *rankings* acadêmicos, mas também seus propósitos. Nos Estados Unidos, a primeira edição do conhecido *U.S News & World Report Best Colleges* (USNWR) foi lançada em 1983, utilizando *surveys* reputacionais<sup>4</sup> como metodologia (Usher, 2017). Países como Brasil, Chile, Polônia, Alemanha e Japão também experimentaram o surgimento de *rankings* acadêmicos de larga escala ao longo das últimas décadas (Calderón et al., 2014; Usher, 2017).

As práticas de ranqueamento de instituições e cursos de educação superior ganharam ainda mais vitalidade com o surgimento dos *rankings* internacionais, já no início do século XXI. O primeiro deles, o *Academic Ranking of World Universities*, surgiu da iniciativa do governo chinês de investir na criação da *C9 League*, uma espécie de *Ivy League* chinesa. A fim de balizar as decisões de investimento, foi encomendado um *benchmarking* das universidades chinesas, em comparação com as principais universidades de pesquisa estadunidenses. Denominado Projeto 985, a iniciativa chinesa contemplou um grupo seletivo de universidades de pesquisa do país, incluindo a *Shanghai Jiao Tong University*, que liderou a capitalização dos *benchmarkings* em um projeto correlato: a criação do *Academic Ranking of World Universities* (ARWU) (Liu & Cheng, 2005; Usher, 2017). Os indicadores utilizados para ranquear as universidades refletiam os interesses mobilizados na sua criação, com dois grandes focos de mensuração: a pesquisa e a concentração de talentos científicos (Usher, 2017). *Surveys* reputacionais, populares entre os produzidos por agências da mídia, sequer foram considerados na classificação chinesa (Safón, 2013).

A atratividade global do ARWU acabou suscitando o interesse na criação de *rankings* de maior abrangência, tanto em termos de propósitos quanto de público-alvo. A experiência do *ranking* da *U.S News & World Report* nos Estados Unidos já indicava o apelo popular de tais classificações e a ascensão da globalização e a internacionalização na agenda da educação superior (Altbach & Knight, 2007) sugeriam seu potencial lastro pelo mundo. Não tardou para que, em 2004, a revista britânica *Times Higher Education* (THE), em parceria com a consultoria educacional *Quacquarelli Symonds* (QS), criasse seu primeiro ranking universitário – *Times Higher Education-QS World University Ranking*.

A ampla e imediata repercussão dos *rankings* acadêmicos internacionais produziu um duplo movimento de expansão e diferenciação das práticas de ranqueamento. Por um lado, a grande repercussão dos *rankings* internacionais acabou estimulando a criação de novos *rankings* nacionais, a partir da emulação de métodos e critérios dos seus pares internacionais, acrescentando uma ou outra peculiaridade local. Dos 59 *rankings* nacionais registrados na plataforma IREG *Observatory on Academic and Excellence* mais da metade (25) teve a sua primeira publicação a partir de 2005, quando já circulavam os três principais *rankings* acadêmicos internacionais (IREG, 2021b). No Brasil, o jornal Folha de São Paulo criou, em 2012, o *Ranking* Universitário Folha (RUF). Sua metodologia não difere substancialmente daquela dos QS e THE, acrescidas algumas peculiaridades da educação superior brasileira nos seus critérios, tais como o percentual de bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as notas dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)<sup>5</sup>.

Por outro lado, uma nova onda de *rankings* internacionais tem se consolidado nos últimos anos (Usher, 2017). Tanto a *Times Higher Education* quanto a *Quacquarelli Symonds* passaram a produzir

---

<sup>4</sup> *Surveys* reputacionais são pesquisas que coletam a opinião de atores relevantes (professores, empregadores, etc.) com o objetivo de mensurar a reputação das instituições.

<sup>5</sup> O Enade é um exame realizado em larga-escala com estudantes concluintes de cursos de graduação, de universidades públicas e privadas. Seus resultados integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (AUTOR & , 2014).

*rankings* com recorte regionalizado, eventualmente acarretando pequenas mudanças na distribuição de pesos dos indicadores, com o objetivo de ajustá-los à realidade da região que se pretende avaliar. Também têm crescido os *rankings* que avaliam aspectos alternativos à visão estrita de excelência acadêmica. É o caso do *THE Impact*, destinado a avaliar o papel desempenhado pelas instituições em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, elaborados pela Organização das Nações Unidas; ou, ainda, do *UI GreenMetric*, que procura definir as universidades mais compromissadas com a sustentabilidade (Times Higher Education, 2021; UI Greenmetric, 2021). Por fim, tem-se observado o surgimento de iniciativas que, diante das críticas ao escopo avaliativo restrito dos *rankings* tradicionais e seus vieses resultantes, optaram por classificar universidades com base em critérios não-hierarquizados. São *rankings* nos quais inexistente um escore global, como o *Leiden Ranking* e o *U-Multirank*, este último se assemelhando muito mais a um *benchmarking*, no qual é possível comparar instituições a partir de critérios escolhidos pelo próprio usuário. Esses dois *rankings* marcam uma nova geração de *rankings* acadêmicos, que têm procurado viabilizar comparações internacionais em acordo com princípios éticos de avaliação bibliométrica, dispostos em documentos como o Manifesto de Leiden e a Declaração de San Francisco para Avaliação da Pesquisa (DORA; Marcovitch, 2019; Usher, 2017).

A história dos *rankings* acadêmicos evidencia a vivacidade de tais classificações na educação superior, seja em âmbito nacional ou internacional. As críticas endereçadas às suas metodologias e conceitos suscitaram alterações em alguns procedimentos<sup>6</sup>, o que acabou fortalecendo e corroborando a naturalização da relação dos *rankings* com a qualidade da educação superior. Assim, a institucionalização dos *rankings* acadêmicos não se ancorou na qualidade científica de suas mensurações, mas na sua capacidade de se constituir como instrumentos capazes de orientar a escolha de estudantes no mercado admissional e monitorar o desempenho das instituições de educação superior (Espeland, 2020; Esposito & Stark, 2019; Wells & Marope, 2013).

### ***Rankings* e Responsabilização Pública**

A crescente relevância dos *rankings* acadêmicos na educação superior despertou a atenção de pesquisadores, que procuraram compreender suas origens, metodologias e efeitos sobre a governança de instituições e sistemas de educação superior. Sobre o último ponto, Wells e Marope (2013) destacam como as universidades têm sido constantemente interpeladas a “explicar ao público seus desempenhos em um conjunto de critérios utilizados em *rankings*” (Wells & Marope, 2013, p. 13). Hazelkorn (2011) destaca a preocupação de lideranças acadêmicas com a influência dos *rankings* sobre a formação das preferências dos interessados (*stakeholders*), o que tem levado as instituições a considerar tais classificações em desenhos de planejamentos estratégicos, nos processos de avaliação institucional e no desenvolvimento de estratégias de *marketing*, entre outros.

Um dos principais mecanismos de institucionalização dessas classificações como instrumentos de responsabilização pública é o mercado de admissão de alunos. Trabalhos como Stevens (2009), Espeland e Sauder (2016) e Bowman e Bastedo (2009) têm salientado como os *rankings* orientam a escolha dos alunos no mercado admissional e os efeitos desse processo sobre a dinâmica organizacional das instituições, ao tornarem públicos e amplamente visíveis seus desempenhos individuais. (Bowman & Bastedo, 2009; Griffith & Rask, 2007; Meredith, 2004). Levando em conta o fato de que o pagamento de anuidades (*tuitions*) é uma fonte importante de

---

<sup>6</sup> Um exemplo ilustrativo é a adoção, por parte da *Quacquarelli Symonds*, em 2015, do método de Contagem Total de Citações Normalizada, procurando corrigir vieses criados pela diferença dos padrões de publicação entre áreas do conhecimento (Selten et al., 2020). Para um panorama geral dos critérios de classificação utilizados em *rankings* acadêmicos, ver Vernon, Balas & Momani (2018).

renda para muitas instituições estadunidenses, pode-se compreender alguns dos motivos que levam as universidades a se atentarem aos *rankings*, mesmo quando mantêm uma postura crítica às suas metodologias (Espeland & Sauder, 2016; Esposito & Stark, 2019). Os *rankings* também guiam as escolhas dos chamados estudantes internacionais, aqueles que decidem estudar no exterior, no marco da globalização da educação superior, incrementada após a aprovação do Acordo Geral de Comércio e Serviços, em que os resultados dos *rankings* assinalam as ditas Universidades de Classe Mundial, orientando assim as suas preferências (Barreyro, 2018).

No Brasil, a utilização do ranqueamento como instrumento de responsabilização pública teve como pioneiro o ranking Melhores Faculdades, criado pela revista Playboy em 1982. A listagem contou com o apoio do governo federal, na figura do então presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Cláudio de Moura Castro. O apoio tinha como objetivo fomentar uma cultura avaliativa no país, já que naquele momento não havia avaliação sistemática e periódica de cursos de graduação, e a avaliação da pós-graduação se encontrava em estágio embrionário. Então, Castro teria visto no *ranking* Melhores Faculdades uma oportunidade de desenvolvimento da avaliação da educação superior no país, o que o levou a apoiar a iniciativa através do estabelecimento de canais contínuos de comunicação para o fornecimento dos dados requisitados pela revista (Gonçalves, 2017).

Em pouco mais de 10 anos, o governo federal passou de incentivador externo a protagonista nas práticas de ranqueamento na educação superior. No marco da agenda de políticas inspiradas no neoliberalismo, em franca ascensão na década de 90, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Exame Nacional de Cursos (ENC). Também conhecido como Provão, o ENC era uma prova censitária aplicada aos alunos do último ano dos cursos que visava aferir os resultados da aprendizagem dos estudantes. Acreditava-se que a publicação dos resultados do Provão permitiria à sociedade exercer o controle sobre a qualidade da oferta de cursos, através da orientação das preferências do consumidor no mercado. Inspirados pelo modelo estadunidense, esperava-se que seria possível fomentar uma espécie de autorregulação da educação superior, na qual um sistema descentralizado de responsabilização pública otimizaria a qualidade geral das instituições (Almeida et al., 1996, p. 167).

Em 2004, decorrente da mudança de governo ocorrida no ano anterior que levou Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, foi sancionado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Sinaes foi criado em perspectiva crítica ao Provão, procurando resgatar a responsabilidade do governo federal em regular a qualidade de instituições e cursos na educação superior. Preservou-se a avaliação de desempenho dos estudantes, agora denominada Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), mas sem o protagonismo e os propósitos de outrora. Por um lado, o Enade era apenas parte do Sinaes, que incluía processos de avaliação institucional (autoavaliação e externa) e a avaliação de cursos (feita *in loco* por especialistas). Por outro lado, o Enade era um exame amostral, aplicado a estudantes dos primeiros e últimos anos do curso, tendo como objetivo avaliar a aprendizagem dos alunos. Em um primeiro momento, o Sinaes representava a descontinuidade do mecanismo de responsabilização pública via *rankings* instaurado pelo Provão (Barreyro, 2008).

Em 2008, o Sinaes passou por mudanças que procuraram acelerar seus processos. Para tal, foram criados dois indicadores de qualidade da educação superior: o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). O CPC é composto por dados do Enade<sup>7</sup>,

---

<sup>7</sup> O CPC inclui uma métrica de valor agregado para mensurar a contribuição adicional das instituições de ensino na aprendizagem dos alunos. Denominado Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), o IDD utiliza modelagem multinível para calcular a performance individual dos estudantes no ENADE como função de suas notas no ENEM (Haar, 2021).

do corpo docente e das percepções dos estudantes, mensurada a partir de um *survey*. Já o IGC inclui a média dos CPCs dos últimos três anos, dos conceitos de avaliação da pós-graduação, ponderados pela distribuição das matrículas por nível de ensino. O desenvolvimento desses indicadores permitiu diminuir o número de visitas de especialistas, que seriam realizadas apenas em cursos que não atingissem a nota mínima no CPC. No ano de implementação de tais reformas, o Ministério de Educação chegou a divulgar um *ranking* de instituições com os resultados das instituições e cursos. Embora a prática tenha sido descontinuada após a repercussão negativa na comunidade acadêmica, a iniciativa do governo federal evidenciava o recrudescimento das práticas de ranqueamento como mecanismos de responsabilização pública na educação superior (Barreyro & Rothen, 2014).

Esse tipo de responsabilização orientada ao mercado se destina a setores sensíveis a variações de demanda, onde as instituições precisam sustentar determinados níveis de matrícula para sobreviverem financeiramente. No caso da educação superior brasileira, instituições privadas são muito mais sensíveis a esse tipo de responsabilização, pois sua principal fonte de receitas é o pagamento de mensalidades (direto ou subsidiado). Embora o custeio das instituições públicas também esteja atrelado ao número de matrículas, este é relativamente estável em tais instituições, que contam com uma procura muito maior do que sua oferta de vagas. No entanto, embora as universidades públicas brasileiras não integrem um mercado de admissão, elas têm reportado e justificado seus resultados nos *rankings*, chegando a incorporá-los aos seus planos de desenvolvimento institucional (Thiengo et al., 2018).

Em âmbito global, Hazelkorn (2011) identificou que uma das principais preocupações de autoridades acadêmicas em relação aos *rankings* globais é o fato dessas classificações orientarem seus *stakeholders*. Seja porque decisões de investimento governamental podem levar em conta, ainda que implicitamente, a reputação de suas universidades, seja pela melhoria das relações com empresas, diferentes lideranças acadêmicas têm se atentado aos *rankings* e suas respectivas classificações (Hazelkorn, 2011). Há, ainda, casos em que *rankings* foram utilizados ora como diagnóstico para a formulação de reformas de sistemas de educação superior, como o *Opération Campus*<sup>8</sup> e o *Initiatives d'excellence* na França, ora como balizamento no desenho de políticas de fomento, como ocorrido na Dinamarca<sup>9</sup> (Boudard & Westerheijden, 2017; Wright, 2018).

Os casos citados refletem diferentes dimensões da atuação dos *rankings* enquanto instrumentos de *accountability*. Embora não sejam comumente utilizados como instrumentos formais de responsabilização institucional, *rankings* acadêmicos criam um espaço de constante interpelação das universidades acerca dos seus resultados. É a partir desse novo regime de visibilidade das universidades que se formam as expectativas e preferências dos seus *stakeholders*. Assim, pode-se dizer que os *rankings* atuam como sistemas extraoficiais de responsabilização que atuam indiretamente sobre as instituições, a partir da formação de preferências dos interessados (Espeland & Sauder, 2016; Esposito & Stark, 2019).

Na inexistência de um mercado admissional no Brasil, quais seriam, então, os canais de institucionalização dos *rankings* como instrumentos de responsabilização das universidades públicas brasileiras? Tendo em vista a atuação dos *rankings* acadêmicos como instrumentos de

---

<sup>8</sup> Em face aos poucos resultados das instituições francesas no ARWU; foram despendidos recursos para a renovação da infraestrutura de um número seletivo de instituições (*Opération Campus*) e para incentivar a competitividade internacional das universidades, procurando “atrair os melhores pesquisadores, professores e alunos” (Boudard & Westerheijden, 2017, p. 166).

<sup>9</sup> Na Dinamarca, o Ministério da Educação criou um Conselho de Globalização, designado para elaborar a estratégia de constituição das *Global Top Level Universities* no país. Nesse contexto, foi criado um sistema de avaliação amplamente baseado nas métricas de desempenho acadêmico utilizadas nos *rankings* acadêmicos globais. Para maiores detalhes, ver Wright (2018).

responsabilização na educação superior, a seção a seguir procura verificar em que medida essas classificações desempenharam esse papel durante as reuniões da CPI das Universidades, criada com o intuito de submeter a gestão das universidades estaduais paulistas ao escrutínio do legislativo paulista.

## Os *Rankings* na CPI das Universidades Paulistas

A Comissão Parlamentar de Inquérito Gestão das Universidades Públicas (CPI das Universidades) foi constituída, segundo consta no seu relatório final, com a “finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas do estado, em especial, quanto à utilização do repasse de verbas públicas” (Estado de São Paulo, 2019, p. 1). A criação da CPI foi proposta através do Requerimento 284/2019, apresentando como justificativa a veiculação pela imprensa de supostas irregularidades financeiras, mesmo diante da crise financeira enfrentada pelas universidades (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019a) O texto ressalta, ainda, a importância do repasse de quase 10% Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às universidades públicas, que possuem autonomia, prevista em lei, para gerir esses recursos.<sup>10</sup> Nesse sentido, o Requerimento 284/2019 se baseia em denúncias de supostas irregularidades financeiras, sobretudo pagamentos irregulares de diárias e salários acima do teto, para escrutinar a gestão financeira autônoma praticada pelas universidades estaduais paulistas.

A despeito da desconfiança e descontentamento de alguns setores da comunidade acadêmica (Fórum das Seis, 2019a; Universidade de São Paulo, 2019), a CPI das Universidades foi aprovada, sendo instaurada no dia 24 de abril de 2019, por meio do Ato 32/2019<sup>11</sup>. Ao longo de 180 dias, foram realizadas 20 reuniões, das quais 11 contaram com oitivas de membros das universidades ou órgãos relacionados, seja na condição de convocado ou convidado<sup>12</sup>.

O relatório final da CPI, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, reúne os trabalhos de quatro sub-relatorias: i) Pesquisa, Custos, Viagens, Diárias e atuação: Investimento, Resultados e comprovação da verba investida (sub-relatora deputada Carla Morando); ii) Transparência e atuação: Imposição do Cumprimento da lei de transparência de acesso aos dados públicos (sub-relator deputado Professor Kenny); iii) Governança e Gestão e Atuação: Salários acima do teto (sub-relatora deputada Valéria Bolsonaro); iv) Contratos e Consórcios e atuação: Fiscalização da legalidade, controle de gastos e prestação de serviço realizado (sub-relator deputado Daniel José)<sup>13</sup>. Ao longo de 67 páginas, cada uma das sub-relatorias aponta indícios de irregularidades e/ou supostas más práticas de gestão adotadas pelas universidades estaduais paulistas. O texto conta ainda com uma seção dedicada a recomendações e sugestões, que inclui desde a

---

<sup>10</sup> As Universidades Estaduais Paulistas possuem um mecanismo de financiamento único no país que lhes outorga autonomia de gestão financeira a partir da vinculação orçamentaria de um percentual da cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de comunicação (ICMS), produto da regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (São Paulo, 1989). Esse percentual atualmente é de 9,57%

<sup>11</sup> Presidente: Wellington Moura (Republicanos), vice-presidente: Carla Morando (PSDB). Demais membros efetivos: Valéria Bolsonaro (PSL), Professora Bebel (PT), Barros Munhoz (PSB), Arthur do Val (DEM), Daniel José (NOVO), Professor Kenny (PP), Leci Brandão (PC do B). Membros suplentes: Douglas Garcia (PSL), Paulo Fiorilo (PT), Caio França (PSB), Marcos Zerbini (PSDB), Rogério Nogueira (DEM), Sebastião Santos (Republicanos), Sérgio Victor (NOVO) e Delegado Olim (PP).

<sup>12</sup> Para maiores informações sobre as reuniões e oitivas da CPI, acesse: <https://www.al.sp.gov.br/comissao/comissoes-parlamentares-de-inquerito/>

<sup>13</sup> A deputada Professora Bebel (PT) apresentou voto em separado, em decorrência de sua discordância com o relatório final aprovado pela CPI.

criação de Superintendências de *Compliance* nas universidades, até mesmo o endurecimento de regulamentos disciplinares contra atos de vandalismo e depredação praticados por alunos, professores e funcionários em prejuízo dos bens das universidades (São Paulo, 2019).

Ao final de seis meses de trabalho, o relatório aprovado se limitou a apontar “indícios de irregularidades, omissões e uso inadequado do dinheiro público na gestão administrativa e financeira das universidades estaduais paulistas” (São Paulo, 2019, p. 66), não tendo sido evidenciado nenhum crime de responsabilidade, ou qualquer outra infração de natureza administrativa. Ao final do texto, recomenda-se o encaminhamento do conjunto dos indícios coletados aos seguintes órgãos, para devida apuração e possível investigação: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ministério Público do Estado de São Paulo, Secretaria da Receita Federal, Tribunal de Contas do Estado e ao Governador do Estado (São Paulo, 2019).

Os trabalhos da CPI tiveram significativa repercussão na imprensa. Jornais tradicionais de São Paulo, como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, acompanharam as discussões da CPI ao longo de seus 180 dias de exercício. Na matéria Reitores Sensatos, o jornal Estado de São Paulo destaca a estratégia não-combativa adotada pelas universidades, priorizando a utilização do tempo e espaço da CPI para esclarecimento e divulgação das suas iniciativas e do compromisso com a excelência acadêmica (O Estado de São Paulo, 2019)<sup>14</sup>. Meses depois, o mesmo jornal criticou a CPI das Universidades por não ter tido avanços significativos nas suas investigações, se limitando a reforçar aquilo que já vinha sendo apontado pelos órgãos de controle (Kruise, 2020).

Na Folha de São Paulo, pode-se destacar a veiculação de posicionamentos individuais e coletivos sobre o tema. O exemplo foi a entrevista com o ex-senador Aloysio Nunes (PSDB), durante a qual ele classifica a CPI das Universidades como “um espetáculo constrangedor de truculência e ignorância”, fruto de uma “guerra ideológica”, liderada pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub (Bächtold & Marques, 2019, p.3). Após o encerramento das atividades da CPI, os reitores das três universidades investigadas publicaram um artigo no jornal Folha de São Paulo, no qual apresentam reflexões sobre a investigação, adotando a mesma estratégia destacada no parágrafo anterior. Na ocasião, os reitores afirmaram que, a despeito das tensões inerentes à condição de investigadas, as três universidades souberam aproveitar a atenção pública para esclarecer seus procedimentos e reforçar o compromisso com a excelência acadêmica. Os autores não deixaram de sugerir os outros motivos da criação da CPI, afirmando que a interlocução clara e transparente com a classe política e com a sociedade é um importante instrumento de combate às “forças do atraso e do obscurantismo em sua cruzada contra aquilo que está no cerne de instituições públicas como as estaduais paulistas: o pensamento crítico, a liberdade de cátedra e de pesquisa, a valorização da diversidade e o respeito às diferenças” (Knobel et al., 2020).

Associações de Docentes, de Estudantes e de Funcionários das três universidades também repercutiram as discussões da CPI, demonstrando preocupação com ataques eventuais à autonomia universitária e com o tom privatizante das recomendações e sugestões apresentados (Fórum das Seis, 2019b). Ademais, a CPI teria se ausentado do debate sobre as condições de financiamento das universidades, que constituiriam o cerne da crise financeira enfrentada pelas instituições<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Essa estratégia pode ser evidenciada nas matérias produzidas pelos jornais oficiais das universidades, priorizando a divulgação de informações em detrimento de uma posição combativa diante dos questionamentos da CPI (Cruz, 2019; Filho, 2019; Mazzitelli, 2019).

<sup>15</sup> Exceção para a deputada Professora Bebel, que no seu voto em separado dedicou parte significativa do texto para problematização das condições de financiamento público das universidades (Estado de São Paulo, 2019).

## Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa são de tipo qualitativo, especificamente uma pesquisa documental. Os documentos analisados foram as transcrições de 20 reuniões da CPI, além do relatório final publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Todos os materiais encontram-se disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

O processo de coleta de dados consistiu na busca por palavras-chave<sup>16</sup> nos referidos documentos, selecionando os excertos em que foram identificadas tais menções. Após essa primeira coleta, procedeu-se a leitura integral das reuniões referentes a cada trecho destacado, identificando autores e datas. Nessas leituras, pôde-se notar referências indiretas a *rankings*<sup>17</sup>, apresentando variações significativas na linguagem utilizada, gerando uma busca por outras palavras-chave que permitiram identificar excertos contendo referências diretas e indiretas a *rankings* acadêmicos<sup>18</sup>. Por fim, observou-se que a entonação utilizada pelos participantes seria relevante para compreender algumas nuances dos textos, o que motivou a escuta das reuniões nas quais rankings acadêmicos foram mencionados.

Após proceder a coleta e o tratamento dos dados, foi realizada uma categorização em dois ciclos, conforme sugerido por Saldaña (2021). O primeiro ciclo seguiu uma abordagem indutiva e exploratória, elaborando categorias descritivas para compreender os diferentes usos dos rankings acadêmicos nas reuniões da CPI (Hsieh & Shannon, 2018; Saldaña, 2021). Foram observados nove diferentes usos de rankings, diferenciados não apenas por propósito, mas também por contexto: i) inquirição por desempenho; ii) questionamento propositivo; iii) elogio; iv) reação negativa; v) enaltecimento institucional; vi) justificativa; vii) ressalva; viii) suporte argumentativo; e iv) disputas interpretativas.

No segundo ciclo, saindo do âmbito empírico-descritivo para o teórico-analítico, observamos padrões de convergência entre as categorias iniciais, avaliando sua pertinência analítica a partir do diálogo com o referencial teórico da pesquisa (Saldaña, 2021). Assim, chegamos a quatro diferentes formas de mobilização dos *rankings* acadêmicos. Primeiro, *rankings* foram utilizados na inquirição direta das universidades sobre resultados obtidos em tais classificações. Segundo, foram sugeridas mudanças na governança das universidades paulistas tomando como parâmetro de qualidade universidades bem ranqueadas. Terceiro, parlamentares de diferentes partidos, com distintas posições ideológicas, mobilizaram resultados em *rankings* tanto para elogiar quanto para criticar as universidades. Por fim, foi observada menção espontânea de resultados em *rankings* acadêmicos por parte de uma das autoridades institucionais ouvidas na CPI.

## Os *Rankings* Acadêmicos na CPI das Universidades

Embora a CPI das Universidades tenha sido instaurada para investigar supostas irregularidades administrativas, suas reuniões acabaram se constituindo como um momento cerimonial de responsabilização pública das universidades. Seja pela atitude dos deputados, ou

---

<sup>16</sup> Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *ranking*, *Times*, THE, Shanghai, ARWU, QS, RUF e Folha.

<sup>17</sup> Outro motivo para alargar o escopo das palavras-chave foi a observação de equívocos taquigráficos, sobretudo em relação a siglas e termos em língua estrangeira

<sup>18</sup> Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *top*, colocação, classificação, classificações, melhor, lugar, posição.

mesmo pela postura adotada pelos representantes das universidades, a CPI se tornou um espaço de inquirições e arguições que extrapolaram o tema inicialmente proposto, incluindo no seu escopo questões relativas a modelos de financiamento, governança e desempenho acadêmico. Diante desse cenário, diferentes indicadores foram naturalizados enquanto medidas legítimas para avaliar a qualidade das universidades, sendo estrategicamente mobilizados pelos atores envolvidos, tanto para criticar quanto para reforçar a excelência das instituições investigadas.

Em ambos os casos, resultados em *rankings* acadêmicos tiveram notável importância, em especial no discurso dos parlamentares. Deste fato desdobra-se a hipótese de que *rankings* acadêmicos têm se constituído como instrumentos de responsabilização pública de universidades, se institucionalizando, de certa forma, como legítimas avaliações e classificações de instituições de educação superior.

### Inquirindo Universidades sobre seus Resultados em Rankings

Resultados em diferentes *rankings* acadêmicos foram mobilizados por parlamentares, além de um convidado, com o intuito de questionar o desempenho acadêmico das universidades estaduais paulistas. Com exceção do deputado Daniel José, do Partido NOVO, os demais parlamentares não entraram em muitos detalhes sobre o desempenho das universidades em cada um dos critérios avaliados pelos *rankings*, mencionando apenas a colocação obtida por cada uma das universidades investigadas. Apenas o referido parlamentar foi mais específico com a utilização dos *rankings* no questionamento do desempenho acadêmico das universidades. Durante a reunião que procedeu a oitiva do Reitor da USP, Vahan Agopyan, Daniel José questionou o fato de a universidade apresentar desempenho tão discrepante nos critérios de quantidade e qualidade de artigos publicados, no âmbito do *CWTS Leiden*:

No primeiro tópico, da excelência acadêmica, o senhor mencionou a quantidade de produções que a USP realiza, dentre as 1.000 primeiras universidades do mundo, ela é a oitava segundo o ranking da Universidade de Leiden, só que a qualidade dessas pesquisas não é alta. Quando nós parametrizados (sic) pela quantidade de pesquisas que estão entre as 10% mais citadas em suas respectivas áreas, a USP cai da oitava posição para 780ª dentre as 1.000 primeiras universidades do mundo. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019b, p. 51)

Os membros da CPI não apresentaram predileção por algum *ranking* em específico. Variadas colocações foram atribuídas às universidades, mencionando diferentes *rankings* acadêmicos internacionais, sendo mais mencionados os *rankings* produzidos pela *Times Higher Education*, pela *Quacquarelli Symonds* e pela *Leiden University*. A diferenciação dos rankings, quando feita, ocorreu apenas pelo nome, sem maiores detalhes sobre seus critérios e métodos distintos. Por vezes, sequer era especificado em qual *ranking* constava a colocação atribuída à universidade em questão. Durante a oitiva do reitor da Unesp, Sandro Valentini, o deputado estadual Arthur do Val, do Partido PODEMOS, contrasta os desempenhos acadêmicos e orçamentos da *Université Sorbonne* e da Unesp, tomando referências genéricas a *rankings* internacionais<sup>19</sup>.

A Unesp tem um orçamento de 2,86 bilhões de reais, aproximadamente isso. É mais do que a renomada universidade de Sorbonne, assim que fala, na França, aquela universidade Sorbonne. Enquanto a primeira figura entre as 10 ou 20 primeiras posições no *ranking* de educação do mundo inteiro, a Unesp aparece apenas em um

---

<sup>19</sup> Não foi possível localizar nenhum *ranking* acadêmico que fosse consistente com a fala do deputado.

*ranking* internacional na posição 166. Eu gostaria de saber se: isso pode ser considerado algum tipo de ineficiência da Unesp? (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019c, pp. 27–28)

Outra modalidade de inquirição das universidades com base em *rankings* foi a crítica por queda no posicionamento. Com o mesmo tom genérico adotado pelo deputado Arthur do Val, o diretor-geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Sergio Siqueira Rossi, lamentou uma suposta queda das universidades paulistas em *rankings* internacionais. Durante sua apresentação, Rossi apontou uma série de problemas e inconsistência na condução da gestão financeira das universidades estaduais paulistas, destacando as sucessivas rejeições das suas contas por parte do TCE-SP<sup>20</sup>. A despeito da série de questões apontadas, Rossi encerrou sua fala afirmando que a queda de desempenho em *rankings* internacionais era o grande motivo de tristeza para a sociedade paulista

Esse é o grande pano de fundo das universidades, não vou entrar aqui em outros detalhes, como compra de imóveis que não eram necessários, que estão lá paralisados, de obras que foram iniciadas e que não foram concluídas, não por displicência, mas por falta de recursos, porque todos os recursos, a grande maioria dos recursos consumidos com despesa de pessoal, não vou entrar nem nesses aspectos efetivamente, como eu disse, despesa de pessoal elevada, déficit orçamentário crescendo, falta de recursos para a conclusão de alguns projetos, e, o pior de tudo, lamentavelmente, a queda no *ranking* de classificação das universidades no cenário mundial. Isso, sim, nos enche de tristeza, já que consideramos que qualquer uma das nossas universidades é um patrimônio inestimável ao conhecimento e à sabedoria do nosso povo. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019d, p. 12, destaque nosso)

As três passagens citadas denotam diferentes usos dos *rankings* na inquirição das universidades sobre seus desempenhos acadêmicos. No primeiro caso, observa-se a utilização de critérios específicos de ranqueamento para questionar os resultados da USP. O próprio *ranking* mencionado - *CTWS Leiden* – requer esse tipo de postura do usuário, já que não apresenta um escore global de qualidade para comparação entre as universidades. Desse modo, ainda que todo *ranking* necessariamente envolva uma comparação entre os entes ranqueados, a escolha de um critério específico enfatiza o desempenho da USP em relação ao conjunto das demais instituições ranqueadas. Em síntese, o deputado usa uma classificação específica para fazer uma comparação geral. Essa abordagem difere daquela empregada pelo deputado Arthur do Val no questionamento à eficiência da Unesp, isto é, seus resultados em relação ao seu orçamento anual. Em sentido oposto à colocação do deputado Daniel José, Arthur do Val utiliza uma classificação genérica para fazer uma comparação específica, entre a Unesp e a *Université Sorbonne*. Por fim, nota-se a utilização de rankings não apenas para realizar comparações entre universidades, mas também em relação a elas próprias. A ênfase dada por

---

<sup>20</sup> A utilização de *rankings* acadêmicos como parâmetro de desempenho acadêmico por parte do TCE-SP também pode ser verificada em atos passados. Em 2016, o Tribunal rejeitou as contas da Universidade de São Paulo, constando no relatório a perda de posições da universidade em diferentes *rankings* internacionais, bem como as formas pelas quais a universidade tem justificado a queda de desempenho. O texto conta ainda com uma recomendação do Ministério Público de Contas (MPU-SP) para que o setor de fiscalização “acompanhe a qualificação da USP, nos próximos exercícios, até que a posição originária seja novamente atingida” (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2016, p. 96).

Sergio Rossi à queda de posições das universidades<sup>21</sup> denota que *rankings* também foram utilizados como forma de monitoramento do desempenho acadêmico ao longo do tempo.

### Comparar para Transformar: Rankings como Benchmarks

Conforme visto na seção anterior, critérios específicos de *rankings* acadêmicos foram utilizados para questionar universidades de forma ampla. Certo movimento inverso também pôde ser observado durante as reuniões da CPI, isto é, colocações em *rankings* são utilizadas para questionar aspectos específicos das universidades. Nesse caso, as iniciativas partiram quase exclusivamente do deputado Daniel José. O parlamentar, por diversas vezes, recorreu a colocações em *rankings* acadêmicos como uma espécie de *benchmarking*, a partir do qual seria possível identificar que as universidades estaduais paulistas estariam em dissonância com as melhores práticas, adotadas pelas universidades mais bem ranqueadas.

Por último, um ponto que eu acho que é bastante relevante, é o da governança, e ele tem sido pouco explorado durante as nossas conversas aqui, nas nossas reuniões, porque hoje no Brasil boa parte da seleção e estruturação de governança das universidades é muito baseada, no final de contas, por incentivos políticos e pouco técnicos, enquanto quando você olha as top 50 universidades do mundo, todas têm um conselho pequeno, um conselho com muita participação externa e que busca se fazer um *ranking*, uma seleção ativa, uma busca ativa pelas pessoas que vão ser os próximos presidentes, pelas pessoas que vão ser os próximos líderes das universidades. E aqui não, aqui a gente tem eleições internas e tudo mais. O senhor acha que existe espaço para algum aprimoramento, mesmo que parcial, incremental, para que as universidades estaduais e a Unicamp também se aproximem da realidade que é hoje a das melhores universidades do mundo? (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019e, p. 76)

Nota-se, nesse caso, que os *rankings* são tomados não apenas como métrica legítima para comparar universidades, mas também como *benchmarks* reveladores de práticas e estruturas que deveriam ser universalmente adotadas pelas universidades. Por vezes, esse tipo de postura em relação aos *rankings* foi manifestada de forma ainda mais direta e explícita, mencionando casos de sucesso nos *rankings* e suas supostas razões:

Eu gostaria de saber mais sobre as parcerias com o setor privado, que também são baixos (sic) no Brasil. Exemplos como o da Universidade de Boston, que saiu de 52º para 35º melhor universidade do mundo, ela atingiu este resultado muito por conta das parcerias com o setor privado que ela realizou, não só buscando outras fontes de receita, mas também incorporando no seu currículo atividades mais práticas e promovendo uma interação entre alunos e profissionais que já têm uma experiência vasta em seus respectivos setores. Então, além de ser um estímulo importante para

---

<sup>21</sup> Por conta da normalização por escore z, as notas das universidades ranqueadas apresentam distribuição normal. É esperada, portanto, essa variação de posições ao longo do tempo por parte de universidades que se situam próximas à mediana, pois as diferenças de pontuação entre essas instituições são mínimas. Sobretudo nesses casos, variações de posições não representam mudanças significativas no padrão de qualidade das instituições, mesmo dentro dos critérios mensurados pelos *rankings*. Não obstante, esses detalhes técnicos têm sido sistematicamente ignorados pela imprensa na divulgação dos resultados, causando a impressão de que as universidades tiveram perdas reais de qualidade.

pesquisas, resolver problemas reais. Eu gostaria de saber: quais são os planos de parceria público-privada para a USP? (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019b, p. 53)

Em ambas as falas, pode-se notar a mobilização de resultados de *rankings* acadêmicos para inquirir autoridades a respeito do modelo de universidade adotado nas instituições investigadas. Há uma vinculação aparente entre governança universitária e desempenho em *rankings* acadêmicos, ainda que sem menção a quais, e por que razões, indicadores utilizados pelos *rankings* seriam impactados por elementos de governança universitária. Esse tipo de vinculação permite fazer dos *rankings* uma espécie de *benchmarking*, a partir do qual a avaliação se torna estreitamente vinculada à direção de condutas (Sauder & Espeland, 2009). Os resultados dos *rankings*, nesses exemplos, parecem ser usados para legitimar as ideias dos legisladores acerca do modelo de educação superior que eles defendem.

### Rankings sob Demanda: Disputas Interpretativas

Apesar de *rankings* serem formas de quantificação caracterizadas pela sua simplicidade e inteligibilidade, isso não significa que a interpretação de seus resultados não possa ser alvo de controvérsias e discordâncias. Pelo contrário, a combinação entre a simplicidade de sua forma de representação com a pretensiosidade de seus propósitos, definindo a qualidade das universidades em apenas um número, faz dos *rankings* objeto de disputas interpretativas. Durante a CPI, essa dinâmica ficou evidente durante discussões entre os deputados Barros Munhoz (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e Daniel José. Incomodado com as frequentes alusões do deputado Daniel José à educação superior nos Estados Unidos, o deputado Barros rebateu críticas baseadas em *rankings* com mais *rankings*, mas a partir de viés interpretativo distinto.

[...] o modelo deles [Daniel José] é Estados Unidos. Vocês deveriam se mudar, vai lá, vai bem perto do Canadá, que aí fica com 45 graus abaixo de zero, quem sabe congelando melhor um pouco a cabeça. Vai para lá, entendeu? Então é o seguinte, minha gente: sabe quantas universidades tem no mundo, presidente: 25 mil. Sabe, nesse cenário, em que lugar está a USP? Centésimo primeiro; em que lugar está a Unesp, em que lugar está a Unicamp? Do centésimo alguma coisa. Então tem, são 1.000 que são catalogadas, credenciadas; dessas 1.000, 90% estão atrás da USP, 750 estão atrás da Unicamp e da Unesp. Então é pouco isso? É pouco? (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019f, pp. 67–68)

A discussão segue com certa dificuldade entre as partes em criar algum entendimento mútuo, seja sobre quais *rankings* seriam legítimos, seja sobre a interpretação dos seus resultados. A disputa interpretativa revelou ainda o enfoque em *rankings* acadêmicos internacionais, evidenciado pelo pouco apreço dos deputados pelo único *ranking* acadêmico nacional – o *Ranking* Universitário da Folha –, ao menos em relação a sua pertinência para avaliar as universidades estaduais paulistas.

- O SR. DANIEL JOSÉ – NOVO - Colocar aqui o *Ranking* da “Folha”, que tem como principal critério o número de publicações, e mencionar isso como critério para essa instituição ser a melhor, ou não, é uma falta de criatividade, é uma falta de referência.

- O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aqui não é uma “Folha de S.Paulo”, são medições internacionais.

- O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Ah, então a USP é a melhor do mundo
- O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, é a 101ª.
- O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Centésima primeira do mundo, de qual *ranking*?
- O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Tem três aqui.
- O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Times Higher Education? QS?
- O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só valem os seus?
- O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, o que eu estou usando são os, de fato, respeitáveis. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019f, pp. 70–71)

No relatório final da CPI, outra forma de interpretação dos resultados dos *rankings* foi mobilizada pela deputada Professora Bebel (PT). Apresentando voto em separado, em decorrência de discordar das conclusões apresentadas pela relatora Valéria Bolsonaro, a deputada Professora Bebel ressaltou o destaque das universidades públicas brasileiras quando avaliadas em áreas específicas, concordando com a pesquisa de Santos (2015), que evidencia o maior destaque das universidades brasileiras em *rankings* acadêmicos por área de conhecimento.

Uma das seções do documento anexado pela deputada ao relatório final é dedicada exclusivamente aos resultados das universidades estaduais paulistas nos três principais *rankings* acadêmicos internacionais – ARWU, THE e QS.

Ao analisarmos as classificações das universidades Paulistas nesse *ranking* notamos que, na edição de 2017 do ARWU-GRAS, as melhores posições de universidades brasileiras foram a da Unicamp (6ª posição) e a da USP (7ª posição), classificadas entre as “Top 10” do mundo no segmento de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Além do destacado desempenho, a USP ficou entre as 50 melhores do mundo em mais três áreas: 9ª em Odontologia, 12ª posição em Agricultura, 39ª em Biotecnologia. A Unesp alcançou a 40ª posição em Agricultura e em Odontologia e a 41ª em Veterinária. Já Unicamp, além da posição de destaque em Ciência e Tecnologia de Alimentos, ocupou também em 44ª posição em Odontologia. (Estado de São Paulo, 2019, p. 196)

Seja para criticar, ou para elogiar, resultados em *rankings* acadêmicos foram frequentemente mencionados como evidência da qualidade das universidades. A legitimidade do ranqueamento enquanto forma de classificação de instituições de educação superior pareceu pacificada entre os parlamentares, restando controvérsia apenas sobre as distintas formas de interpretação.

### **Rankings como Instrumento de Enaltecimento Institucional**

Durante as oitivas dos reitores das três universidades investigadas, foi concedido um tempo determinado para que os mesmos apresentassem um panorama geral das suas universidades, procedimento também adotado em outras oitivas da CPI. Aproveitando a oportunidade para explicar procedimentos e divulgar resultados, os três reitores utilizaram o tempo para enaltecer a excelência acadêmica de suas instituições, bem como indicar os desafios presentes e futuros que ameaçam a sustentação de tal excelência no longo prazo. Nesse contexto, *rankings* acadêmicos estiveram presentes nas três apresentações, conforme apontam os excertos:

[...] a USP consegue com esse tamanho manter a qualidade, desde 2014, sua produção científica em todas as áreas têm impacto acima da média mundial. Nas classificações nacionais e internacionais, a USP habitualmente é apontada como a

melhor do País, frequentemente a melhor da América Latina e mesmo da Ibero-América. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019b, p. 5)

E aí a excelência, somos top cinco no Brasil, pegando as jovens, porque nos *rankings* eles classificam abaixo de 50 anos de uma forma, e aí nós ficamos felizes de ficar livre da Unicamp e da USP que são mais de 50 anos. Então nós temos, e mesmo na dos Brics, a Unesp é a terceira no Brasil, que não só das nossas. Shanghai, nós estamos empatados com a Unicamp e com a Federal do Rio de Janeiro. E ontem saiu as top ten, a Unesp entra finalmente para as top ten da América Latina, claro a Unicamp e a USP também estão, excelente. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019c, p. 18)

Então hoje temos uma participação efetiva e muito importante entre as melhores universidades da América Latina, está muito bem rankeada (sic) entre as melhores do mundo também. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019e, p. 4)

Observa-se que a ênfase em resultados em *rankings* internacionais variou entre as apresentações. Enquanto os reitores da Unicamp e da USP se refeririam aos *rankings* acadêmicos apenas de forma geral, com pouca ênfase nos resultados de suas universidades em diferentes *rankings*, o reitor da Unesp adotou postura inversa, explicitando e comemorando a ascensão da sua universidade.

Essa opção dos reitores da Unicamp e da USP em dar pouca ênfase a resultados em *rankings* internacionais durante suas apresentações está em consonância com outros posicionamentos durante suas oitivas. Quando questionado pelo deputado Daniel José sobre estratégias a serem adotadas procurando melhorar o posicionamento da USP nos *rankings* acadêmicos, o reitor da USP Vahan Agopyan assegurou ao deputado que o seu compromisso como reitor não seria subir posições em *rankings* acadêmicos, ainda que reconhecesse a importância das avaliações externas. A postura conciliatória adotada pelo reitor está em consonância com parte da literatura sobre *rankings* acadêmicos que postula que, a despeito das suas fragilidades metodológicas, *rankings* vieram para ficar, e devem ser assimilados criticamente (Altbach, 2006; Hazelkorn, 2011).

Primeiro, deputado, eu como reitor, o meu sonho não é a Universidade de São Paulo estar obrigatoriamente no topo. Meu sonho é os senhores e as senhoras, a sociedade paulista e brasileira ter orgulho e satisfação de que a Universidade de São Paulo está fazendo um bom serviço, atendendo aos anseios do Brasil. Mas eu acho fundamental as avaliações externas e, portanto, eu dou muita importância, eu fui pessoalmente num evento da *Times Higher Education*, o responsável pelo escritório de indicadores foi por um evento QUS (sic) na Europa, porque nós queremos, entender o que está acontecendo, as diretrizes que se adotam e ver se isso cabe ou não para uma universidade brasileira. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019b, pp. 51–52)

Outra estratégia de ponderação da importância relativa dos *rankings* foi a utilização de outras métricas de desempenho acadêmico, inclusive com amparo legal, como as avaliações da pós-graduação realizadas pela Capes. Em sua apresentação, o reitor Marcelo Knobel ressaltou o desempenho excepcional da Unicamp nas avaliações da pós-graduação no Brasil, sendo esta “a universidade do País com a melhor média ponderada no que se refere ao sistema de pós-graduação de todos os seus cursos” (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019e, p. 7).

Posteriormente, ao ser indagado sobre a possibilidade de priorização de recursos para áreas de

excelência, com o objetivo de ganhar competitividade internacional, Knobel relativizou o potencial avaliativo dos *rankings* acadêmicos:

Você tem diversos tipos de *ranking* e esses *rankings* têm, são bastante discutíveis, de referente ao que eles oferecem, ou seja, de redução de uma complexidade de uma universidade a um único número é sempre bastante difícil, e por isso mesmo tem essa diversidade nos diferentes *rankings* porque cada um usa critérios diferentes e tal. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2019e, p. 72)

Em síntese, *rankings* foram mobilizados pelas próprias universidades investigadas como forma de enaltecimento institucional. No entanto, essa utilização dos resultados dos *rankings* não se deu sem ressalvas sobre a busca por melhores resultados em tais classificações. Essa postura moderada sugere alguma relevância dos *rankings* na institucionalidade brasileira: a despeito das suas fragilidades metodológicas, e da limitada aprendizagem institucional que ensejam, essas classificações têm se naturalizado como avaliações da qualidade com as quais atores da educação superior precisam lidar.

### **O Papel dos *Rankings* na Busca pelo Reconhecimento**

Na seção anterior, foram apresentadas quatro diferentes formas de utilização dos *rankings* acadêmicos na construção dos discursos dos participantes da CPI das Universidades. A descrição minuciosa das menções aos *rankings* e seus respectivos contextos permite, então, identificar algumas intersecções entre as categorias apresentadas, revelando características da utilização dos *rankings* acadêmicos como instrumentos de responsabilização pública. Pelo menos quatro aspectos merecem destaque: referências imprecisas, as causalidades *post-hoc*, a atitude cerimonialista e a projeção global.

Primeiro, diversas menções aos *rankings* se deram de modo genérico. Não faltaram referências pouco precisas, sem a devida especificação do *ranking* e o ano de sua publicação. Tal fato sugere certa legitimidade da forma-*ranking* na classificação das universidades, isto é, independentemente de quem produz, e como produz, o ranqueamento apresentaria um valor intrínseco. A combinação entre a simplicidade da forma de representação e a pretensiosidade do seu escopo avaliativo, faz dos *rankings* formas de quantificação tão sedutoras quanto passíveis de manipulações discursivas (Merry, 2016). Desse modo, não é surpreendente que coincidam menções genéricas e variadas interpretações de resultados, pois o que os indicadores permitem avaliar pareceu ser menos importante do que a possibilidade de robustecer uma agenda política.

Segundo, as raras menções a *rankings* e critérios específicos foram acompanhadas de alegações sobre o vínculo entre aspectos institucionais e colocações nos *rankings* acadêmicos. Seja a partir da crítica à governança universitária das universidades investigadas, ou mesmo pelo elogio a práticas adotadas em universidades estrangeiras, observou-se o estabelecimento de vínculos implícitos entre resultados em *rankings* acadêmicos e características institucionais. Trata-se de um típico caso de *Post hoc ergo propter hoc*, uma falácia argumentativa que se caracteriza por estabelecer uma relação de causalidade entre fenômenos apenas pela sucessão temporal de um em relação ao outro, sem evidenciar vínculos claros entre eles (Blackburn, 2008). A utilização desse tipo de falácia argumentativa corrobora a ideia de que a utilização de *rankings* na CPI das Universidades se deu mais no sentido de conformar e legitimar ideias do que transformá-las. Por outro lado, as sucessivas referências às estruturas de governança das universidades mais bem ranqueadas sugere um entendimento dos *rankings* acadêmicos como reveladores das assim chamadas melhores práticas, o que torna essas classificações forças propulsoras de isomorfismo institucional (Marini, 2021; Wedlin, 2007).

Terceiro, a presença dos *rankings* nas falas iniciais dos reitores das três universidades paulistas indica a relevância dos *rankings* acadêmicos na comunicação entre universidade e comunidade externa. Diante da necessidade de informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelas suas universidades, reafirmando seu compromisso público com a excelência acadêmica e a inclusão, todos os reitores mencionaram o destaque de suas instituições em *rankings* acadêmicos. Por outro lado, os próprios reitores da Unicamp e da USP relativizaram a importância dos *rankings* acadêmicos na avaliação das universidades ao longo de suas oitivas. Essa aparente contradição é, pelo contrário, coerente com uma utilização cerimonial desses rankings; isto é, utilizar formas de avaliação validadas socialmente para reivindicar a legitimidade das instituições, ainda que esses critérios não expressem nem as missões das universidades, nem a qualidade efetiva de suas atividades. A postura dos reitores corroboraria, portanto, o argumento de que *rankings* chegaram para ficar, sendo uma realidade com a qual as universidades inevitavelmente devem lidar (Altbach, 2006).

Por fim, vale destacar a presença majoritária dos *rankings* acadêmicos globais, em detrimento do *ranking* acadêmico produzido nacionalmente, o *Ranking* Universitário da Folha. Durante a discussão entre os deputados Barros Munhoz e Daniel José, o RUF chegou até mesmo a ter sua legitimidade questionada. Ademais, mesmo em menções genéricas a resultados em *rankings* acadêmicos<sup>22</sup>, a referência para classificação das universidades era sempre global. Além do RUF, também o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e um dos seus instrumentos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), não foram mencionados<sup>23</sup>. Apenas a avaliação da pós-graduação, realizada pela Capes, foi mencionada em uma ocasião, quando o reitor da Unicamp ressaltou o destaque da instituição na referida avaliação. Nesse sentido, o protagonismo nacional parece não ser suficiente para garantir a legitimidade das universidades públicas brasileiras, cada vez mais atrelada às definições globais de excelência acadêmica.

Esses quatro aspectos sugerem que a utilização de *rankings* acadêmicos durante a CPI das Universidades ocorreu, majoritariamente, em caráter cerimonial. No caso dos parlamentares, resultados dos *rankings* foram mobilizados para cancelar suas agendas políticas para a educação superior em São Paulo. No caso dos dirigentes das universidades, esses resultados foram apresentados em conjunto com outras métricas de desempenho acadêmico como evidências do compromisso das universidades com a excelência acadêmica. Desse modo, pode-se concluir que os *rankings* foram utilizados pelos participantes da CPI como dispositivos retóricos para legitimação dos seus discursos. Da mesma forma como *rankings* podem funcionar como selos de excelência acadêmica para as universidades, essas classificações também são mobilizadas com o intuito de cancelar a validade de reivindicações dos atores sociais (Wedlin, 2011).

## Considerações Finais

Este artigo procurou investigar a institucionalização dos *rankings* acadêmicos como instrumentos de responsabilização de universidades públicas, através da análise das suas diferentes formas de mobilização durante a CPI das Universidades. Diante da inobservância das condições institucionais na educação superior brasileira que historicamente possibilitaram os *rankings* acadêmicos se consolidarem como instrumentos de responsabilização, pode-se indagar acerca das

---

<sup>22</sup> Um padrão recorrentemente encontrado nas menções genéricas a *rankings* foi a utilização do qualificador “do mundo” após o termo “entre as melhores universidades”.

<sup>23</sup> A participação das universidades estaduais no Sinaes é facultativa: a USP não participa, enquanto Unicamp e Unesp sim.

razões que têm levado as universidades a se manifestar regularmente sobre seus respectivos desempenhos em *rankings* acadêmicos.

Essa pergunta nos levou à investigação dos usos de *rankings* acadêmicos por outros *stakeholders* externos, dos quais pode-se destacar, para o caso das universidades estaduais paulistas, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPI das Universidades foi um locus privilegiado para desenvolver a pesquisa: uma espécie de momento cerimonial de responsabilização pública, na qual dirigentes das universidades estaduais paulistas foram convidados não apenas a esclarecer possíveis irregularidades administrativas como também a justificar os recursos investidos pela sociedade paulista.

A simples menção a *rankings* acadêmicos durante as reuniões da CPI já seria um fato relevante, dado o contexto de enunciação. O que se pôde observar, no entanto, foi ainda mais significativo: a presença sistemática de tais classificações (e seus resultados) nas falas e debates ocorridos durante as reuniões da Comissão. Não obstante, quando analisadas as diferentes formas de mobilização dos *rankings* nos discursos dos seus participantes, o que se pôde evidenciar foi mais uma reafirmação de ideias pré-concebidas do que propriamente a formação de opiniões de *stakeholders*. Não se pretende, com isso, negar a possibilidade de *rankings* suscitarem mudanças institucionais significativas, mas ressaltar um outro aspecto relevante para a compreensão de sua institucionalização, isto é, sua utilização como dispositivo retórico.

Os resultados aqui apresentados sugerem a importância de um recuo ante a febre dos rankings na educação superior. Comemorações efusivas diante de resultados positivos podem conferir a tais classificações um grau de autoridade incompatível com o caráter das suas avaliações. Considerando a manipulabilidade interpretativa de rankings, atribuí-lhes valor estratégico na comunicação com a sociedade pode apresentar um risco de fragilização da mesma, sobretudo perante quedas de posição. Se boas colocações são celebradas como resultado de esforços institucionais, como explicar que oscilações são naturais em ranqueamentos e não refletem perda de qualidade?

Por fim, é importante reconhecer as limitações do objeto desta pesquisa – a CPI das Universidades –, não apenas por se restringir às universidades estaduais paulistas como também por se tratar de fenômeno atípico na história da educação superior brasileira. Contudo, o caso paulista encontra ressonâncias no cenário federal, onde não raramente rankings são utilizados para criticar o desempenho das universidades públicas. Nesse sentido, as análises apresentadas podem contribuir com o debate brasileiro sobre o lugar dos rankings acadêmicos na avaliação da qualidade das instituições de educação superior. Ademais, espera-se que este trabalho colabore com a literatura internacional apresentando as peculiaridades brasileiras.

## Referências

- Almeida, M. H. T. D., Ronca, A. C., Durham, E. R., Cunha, L. A., & Morais, M. C. (1996). Crise e reforma do sistema universitário (debate). *Novos Estudos Cebrap*, (46), 143-168.
- Altbach, P. (2006). The dilemmas of ranking. *International Higher Education*, 42. <https://doi.org/10.6017/ihe.2006.42.7878>
- Altbach, P. G., & Knight, J. (2007). The internationalization of higher education: Motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, 11(3-4), 290-305. <https://doi.org/10.1177/1028315307303542>
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2019a). *Ata de reunião—09 de outubro de 2019* (CPI Gestão das Universidades Públicas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=19&idComissao=1000000431>

- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2019b). *Ata de reunião—11 de junho de 2019* (CPI Gestão das Universidades Públicas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=19&idComissao=1000000431>
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2019c). *Ata de reunião—19 de junho de 2019* (CPI Gestão das Universidades Públicas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=19&idComissao=1000000431>
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2019d). *Ata de reunião—24 de junho de 2019* (CPI Gestão das Universidades Públicas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=19&idComissao=1000000431>
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2019e). *Ata de reunião—26 de junho de 2019* (CPI Gestão das Universidades Públicas). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=19&idComissao=1000000431>
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (2019f). *Requerimento nº 284/2019* (CPI Gestão das Universidades Públicas). Assembleia Legislativa de São Paulo. <https://www.al.sp.gov.br/alesp/projetos>
- Bächtold, F., & Marques, J. (2019, Setembro 27). Léo Pinheiro entregou minha cabeça à Lava Jato para se livrar da prisão, diz Aloysio Nunes. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/leo-pinheiro-entregou-minha-cabeca-a-lava-jato-para-se-livrar-da-prisao-diz-alloysio-nunes.shtml>
- Barreyro, G. B. (2008). De exames, rankings e mídia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 13, 863–868. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300017>
- Barreyro, G. B. (2018). A avaliação da educação superior em escala global: Da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior*, 23, 5–22.
- Barreyro, G. B., & Rothen, J. C. (2014). Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. *Educação e Pesquisa*, 40(1), Article 1. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014000100005>
- Barreyro, G. B., Santos, P. P. dos, & Ferreira, F. B. (2021). Rankings acadêmicos internacionais nas mídias de duas universidades de pesquisa brasileiras. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 26, 822–844. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300010>
- Blackburn, S. (2008). Post hoc ergo propter hoc. In *The Oxford dictionary of philosophy*. Oxford University Press.
- Boudard, E., & Westerheijden, D. F. (2017). France: Initiatives for excellence. In H. de Boer, J. File, J. Huisman, M. Seeber, M. Vukasovic, & D. F. Westerheijden (Orgs.), *Policy analysis of structural reforms in higher education: Processes and outcomes* (pp. 161–182). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-42237-4\\_8](https://doi.org/10.1007/978-3-319-42237-4_8)
- Bowman, N. A., & Bastedo, M. N. (2009). Getting on the front page: Organizational reputation, status signals, and the impact of U.S. News and World Report on student decisions. *Research in Higher Education*, 50(5), 415–436. <https://doi.org/10.1007/s11162-009-9129-8>
- Bruno, I. (2009). The “indefinite discipline” of competitiveness benchmarking as a neoliberal technology of government. *Minerva*, 47(3), 261. <https://doi.org/10.1007/s11024-009-9128-0>
- Calderón, A. I., Matias, R. C., & Lourenço, H. da S. (2014). Rankings na educação superior: As melhores faculdades do Brasil (1982-2000). *Estudos em Avaliação Educacional*, 25(57), 226–247. <https://doi.org/10.18222/eaec255720142830>
- Calderón, A. I., Wandercil, M., Martins, E. C., & Ferreira, T. A. (2019). Rankings acadêmicos: Um panorama da educação superior brasileira. In Calderón, A. I., Wandercil, M., Martins, E. C., *Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa: Angola*,

- Cabo Verde, Macau, Moçambique* (pp. 144-163), *Portugal e Brasil*. ANPAE – Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação.
- Cambridge Dictionary. (2021). Benchmarking. Cambridge University Press.  
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/benchmarking>
- Cruz, A. (2019, Junho 24). Reitor da USP participa de CPI na Assembleia Legislativa de São Paulo. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/institucional/reitor-da-usp-participa-de-cpi-na-assembleia-legislativa-de-sao-paulo/>
- DiMaggio, P., & Powell, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: Isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 45(2), Abril-Junho.  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123/35894>
- Erkkilä, T., & Piironen, O. (2020). What counts as world class? Global university rankings and shifts in institutional strategies. In S. Rider, M. A. Peters, M. Hyvönen, & T. Besley (Orgs.), *World class universities: A contested concept* (pp. 171–196). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-981-15-7598-3\\_11](https://doi.org/10.1007/978-981-15-7598-3_11)
- Espeland, W. (2020). The work that rankings do. In D. Stark (Org.), *The performance complex: Competition and competitions in social life* (pp. 99-122). Oxford University Press.  
<https://doi.org/10.1093/oso/9780198861669.001.0001>
- Espeland, W., & Sauder, M. (2016). *Engines of anxiety: Academic rankings, reputation, and accountability*. Russell Sage Foundation. <https://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610448567>
- Esposito, E., & Stark, D. (2019). What's observed in a rating? Rankings as orientation in the face of uncertainty. *Theory, Culture & Society*, 36(4), 3–26.  
<https://doi.org/10.1177/0263276419826276>
- Filho, M. A. (2019, June 26). Marcelo Knobel participa da CPI das Universidades Públicas. *Jornal da Unicamp*. <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/06/27/marcelo-knobel-participa-da-cpi-das-universidades-publicas>
- Fórum das Seis. (2019a, Março 28). CPI das Universidades—Manobras e incertezas na base da proposta aprovada na Alesp. *Boletim Do Fórum Das Seis*.
- Fórum das Seis. (2019b, Setembro 23). Especial—CPI das Universidades. *Boletim Do Fórum Das Seis*.
- Gonçalves, A., & Calderón, A. I. (2019). Implicações dos rankings acadêmicos na educação superior: Internacionalização, governança universitária, qualidade e produtividade. In A. I. Calderón, M. Wandercil & E. C. Martins (Orgs.), *Rankings acadêmicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa*. ANPAE.
- Griffith, A., & Rask, K. (2007). The influence of the US News and World Report collegiate rankings on the matriculation decision of high-ability students: 1995–2004. *Economics of Education Review*, 26(2), 244–255. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2005.11.002>
- Haar, E. ter. (2021). A correct method to calculate the IDD value-added indicator in the Brazilian higher education quality assurance framework. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 26(2), 568-586. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772021000200012>
- Hazelkorn, E. (2011). *Rankings and the reshaping of higher education: The battle for world-class excellence*. Springer.
- Hsieh, H., & Shannon, S. (2018). Content analysis. In B. Frey (Ed.), *The SAGE encyclopedia of educational research, measurement, and evaluation* (pp. 393-394). SAGE Publications, Inc.  
<https://dx.doi.org/10.4135/9781506326139.n149>
- IREG. (2021a). *About us – IREG Observatory*. <https://ireg-observatory.org/en/about-us/>
- IREG. (2021b). *IREG Inventory of national rankings – IREG Observatory*. <https://ireg-observatory.org/en/initiatives/ireg-inventory-of-national-rankings/>

- Knobel, M., Agopyan, V., & Valentini, S. (2020, Fevereiro 10). Marcelo Knobel, Sandro Valentini e Vahan Agopyan: CPI das universidades: Resultados e lições. *Folha de S.Paulo*.  
<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/cpi-das-universidades-resultados-e-licos.shtml>
- Kruise, T. (2020, Janeiro 13). CPIs paulistas têm pouco ou nenhum resultado prático—Política. *Estado de São Paulo*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cpis-paulistas-tem-pouco-ou-nenhum-resultado-pratico,70003155459>
- Levitt, P., Merry, S. (2009). Vernacularization on the ground: Local uses of global women's rights in Peru, China, India and the United States. *Global Networks: A Journal of Transnational Affairs*, 9, 441–461. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2009.00263.x>
- Liu, N. C., & Cheng, Y. (2005). The academic ranking of world universities. *Higher Education in Europe*, 30(2), 127–136. <https://doi.org/10.1080/03797720500260116>
- Lourenço, H. da S. (2017). *O ranking da revista Playboy? Melhores Faculdades do Brasil? Na educação superior brasileira (1981-2000)* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas]. <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1149>
- Marcovitch, J. (Ed.). (2019). *Repensar a Universidade II: Impactos para a sociedade*. Com-Art.
- Marginson, S. (2011). The new world order in higher education: Research rankings, outcomes measures and institutional classifications. In M. Rostan & M. Vaira (Orgs.), *Questioning excellence in higher education* (pp. 1–20). Brill.
- Marini, G. (2021). Coercive and mimetic isomorphism as outcomes of authority reconfigurations in French and Spanish academic career systems. *Policy Reviews in Higher Education*, 5(1), 89–108. <https://doi.org/10.1080/23322969.2020.1806726>
- Mazzitelli, F. (2019). *Reitor da Unesp responde questões de deputados na CPI da Alesp*. Portal Da UNESP. <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/34752/reitor-da-unesp-responde-questoes-de-deputados-na-cpi-da-alesp/>
- Meredith, M. (2004). Why do universities compete in the ratings game? An empirical analysis of the effects of the U.S. News and World Report College Rankings. *Research in Higher Education*, 45(5), 443–461. <https://doi.org/10.1023/B:RIHE.0000032324.46716.f4>
- Merry, S. E. (2016). *The seductions of quantification: Measuring human rights, gender violence, and sex trafficking*. University of Chicago Press.
- O Estado de São Paulo. (2019, Setembro 27). Reitores sensatos. *O Estado de São Paulo*. <https://opiniaio.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,reitores-sensatos,70003026895>
- Power, M. (1997). *The audit society: Rituals of verification*. Oxford University Press.
- Ringel, L., & Werron, T. (2020). Where do rankings come from? A historical-sociological perspective on the history of modern rankings. In A. Epple, W. Erhart, & J. Grave (Orgs.), *Practices of comparing: Towards a new understanding of a fundamental human practice*. Bielefeld University Press.
- Safón, V. (2013). What do global university rankings really measure? The search for the X factor and the X entity. *Scientometrics*, 97(2), 223–244. <https://doi.org/10.1007/s11192-013-0986-8>
- Saldaña, J. (2021). *The coding manual for qualitative researchers* (4th ed.). SAGE Publications.
- Salmi, J., & Saroyan, A. (2007). Las tablas de clasificación como instrumentos definitorios de las políticas: la economía política de la rendición de cuentas en la educación terciaria. In Global University Network for Innovation. *La educación superior en el mundo 2007: acreditación para la garantía de la calidad: ¿qué está en juego?* (pp. 79-95). Ediciones Mundi-Prensa.
- Santos, S. M. dos. (2015). *O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: Áreas de destaque da produção científica brasileira* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Banco

- de Teses USP. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26052015-122043/>
- São Paulo. (1989). Decreto nº 29.598, de 02 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 99(23:1) Executivo I.
- São Paulo. (2019). Relatório Final dos Trabalhos: Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas do estado, em especial, quanto à utilização do repasse de verbas públicas. *Diário Oficial Do Estado de São Paulo*, 129(225), Suplemento.
- Sauder, M., & Espeland, W. N. (2009). The discipline of rankings: Tight coupling and organizational change. *American Sociological Review*, 74(1), 63–82. <https://doi.org/10.1177/000312240907400104>
- Selten, F., Neylon, C., Huang, C.-K., & Groth, P. (2020). A longitudinal analysis of university rankings. *Quantitative Science Studies*, 1(3), 1109–1135. [https://doi.org/10.1162/qss\\_a\\_00052](https://doi.org/10.1162/qss_a_00052)
- Stevens, M. L. (2009). *Creating a class: College admissions and the education of elites*. Harvard University Press.
- Thiengo, L. C., Bianchetti, L., & Mari, C. L. D. (2018). Rankings acadêmicos e universidades de classe mundial: Relações, desdobramentos e tendências. *Educação & Sociedade*, 39, 1041–1058.
- Thiengo, L.C. (2018) *Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: Tendências globais e locais*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190910>
- Times Higher Education. (2021). *Impact Rankings 2021: Times Higher Education (THE)*. [https://www.timeshighereducation.com/rankings/impact/2021/overall#!/page/0/length/25/sort\\_by/rank/sort\\_order/asc/cols/undefined](https://www.timeshighereducation.com/rankings/impact/2021/overall#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined)
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (2016). *TC-001469/026/13 – 30 de maio de 2016*. [https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/usp\\_-\\_contas\\_2013\\_-\\_tc\\_001469\\_026\\_13.pdf](https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/usp_-_contas_2013_-_tc_001469_026_13.pdf)
- U-Multirank. (2021). *The project*. <https://www.umultirank.org/about/u-multirank/the-project/>
- UI GreenMetric. (2021). *UI GreenMetric*. [Homepage]. <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1xB5zUQbNY883d1M0kAARiKZlhmIqtTSQ>
- Universidade de São Paulo. (2019). *Ata da 994ª Reunião do Conselho Universitário* (Atas das Reuniões do Conselho Universitário). Universidade de São Paulo.
- Usher, A. (2017). A short global history of rankings. In E. Hazelkorn (Ed.), *Global rankings and the geopolitics of higher education: Understanding the influence and impact of rankings on higher education, policy and society* (pp. 23–53). Routledge.
- Vernon, M. M., Balas, E. A., & Momani, S. (2018). Are university rankings useful to improve research? A systematic review. *PLOS ONE*, 13(3), e0193762. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0193762>
- Wedlin, L. (2007). The role of rankings in codifying a business school template: Classifications, diffusion and mediated isomorphism in organizational fields. *European Management Review*, 4(1), 24–39. <https://doi.org/10.1057/palgrave.emr.1500073>
- Wedlin, L. (2011). Going global: Rankings as rhetorical devices to construct an international field of management education. *Management Learning*, 42(2), 199–218. <https://doi.org/10.1177/1350507610389683>
- Wells, P., & Marope, M. (2013). University rankings: The many sides of the debate. In E. Hazelkorn, P. Wells & M. Marope (Orgs.), *Rankings and accountability in higher education: Uses and misuses*. UNESCO.

Wright, S. (2018). Knowledge that counts: Points systems and the governance of Danish universities. In A. I. Griffith & D. E. Smith (Orgs.), *Under new public management: Institutional ethnographies of changing front-line work* (pp. 294–338). University of Toronto Press.  
<https://doi.org/10.3138/9781442619463-014>

## Sobre o Autores

### **André Dutra Martins**

Universidade de São Paulo

[andrefmartins@usp.br](mailto:andrefmartins@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6102-4618>

É doutorando em educação na Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Educação e mestre pelo mesmo Programa. É Bacharel em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Seus interesses de pesquisa são as influências do neoliberalismo na educação e a economia da educação. Em sua tese de doutoramento, ele estuda rankings internacionais no Brasil e nos Estados Unidos.

### **Gladys Beatriz Barreyro**

Universidade de São Paulo

[gladysb@usp.br](mailto:gladysb@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2714-5811>

Professora Associada da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Educação e na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. É pós-doutora em educação (CIHE-Boston College), Doutora em Educação (USP) e Mestre em Ciências Sociais-Educação (Flacso-Argentina). Seus interesses de pesquisa são as políticas de educação superior no Brasil e as políticas de avaliação da educação superior nas escalas global, regional e nacional. Atualmente pesquisa a influência dos rankings acadêmicos internacionais em nível institucional, nas universidades brasileiras.

---

# arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 31 Número 36

4 de abril 2023

ISSN 1068-2341

---



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/ojs/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com [Fischman@asu.edu](mailto:Fischman@asu.edu)

**EPAA Facebook** (<https://www.facebook.com/EPAAAPE>) **Twitter feed** @epaa\_aape.